

FORMAÇÃO DE PROFESSORES QUE TRABALHAM COM A INCLUSÃO ESCOLAR

VARGAS, Gisele¹; PINTO, Maria das Graças²

¹*Universidade Federal de Pelotas – gikkah@gmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – profgra@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

A educação de pessoas com deficiência é um direito previsto por lei desde a Constituição Federal (CF) de 1988, quando garante, em seu artigo 205, que

a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988)

Destacamos nesse Artigo o fato de a educação ser dever do Estado e da família e direito de *todos*, independente de suas especificidades. Anterior a CF/88, temos com a Lei de Diretrizes e Bases de 1961 (Lei 4.024/61) os primeiros indícios do acesso das pessoas com deficiência à escola regular, quando prevê que “a educação de excepcionais deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade” (BRASIL, 1961), sendo posteriormente ampliada com a lei 9.394/96 (LDB/96), que estabelece, em seu artigo 58, a educação especial como sendo “(...) a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais” (BRASIL, 1996).

O ingresso desses alunos à rede regular de ensino, conhecido como inclusão escolar de alunos com deficiência, provoca, além do direito à educação em escola regular, a reorganização da escola, a partir das necessidades individuais de cada aluno, ou seja, nessa forma de ver a educação, a escola tem o dever de se adequar às necessidades de seus alunos e não o contrário. Tal idéia é ressaltada por Figueiredo (2002), quando afirma que a inclusão escolar implica

outra lógica para a escola, de forma que não seja possível pensar na possibilidade de criança nenhuma estar fora dela. É repensar uma educação que minimize os mecanismos de exclusão, assegurando a todas as crianças o direito de dela se beneficiar. (FIGUEIREDO, 2002, p 67)

A partir dessa realidade, a formação do professor se torna fundamental para o sucesso da inclusão desses alunos, uma vez que, são eles que trabalham diariamente com eles. No entanto, apesar da necessidade de professores capacitados para trabalharem com a inclusão escolar, o que percebe-se é que, em sua maioria, esses professores não possuem uma formação adequada para atuarem de forma efetiva na escola regular. Pletsch (2009, p. 150) resalta que “no Brasil, a formação de professores e demais agentes educacionais ligados à educação segue ainda um modelo tradicional, inadequado para suprir as reivindicações em favor da educação inclusiva”, uma vez que, essa formação não

contempla, em sua maioria, temas referentes a inclusão de alunos com deficiência, o que resulta em professores despreparados para lidar com essa realidade.

Apesar desse despreparo, os professores da rede regular de ensino seguem trabalhando com a inclusão escolar nas suas salas de aula, buscando recursos teórico-metodológicos de maneira quase que solitária, na maioria das vezes, sem um projeto institucionalizado para isso.

Tendo em vista o que foi dito, o objetivo desse trabalho é o de analisar como os professores estão se formando para trabalhar com os alunos com deficiência, incluídos na escola regular.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Como instrumento de coleta de dados, opto pela entrevista não-estruturada com características de narrativa, por permitir, como salienta Barros e Lehfel (1990, p. 81) “o relacionamento entre entrevistado e entrevistador”, permitindo assim, que os sujeitos da pesquisa tenham a oportunidade de decidir a forma como desejam responder as questões. A entrevista não-estrutura permite a utilização de um roteiro, com perguntas amplas, que auxiliam o pesquisador na hora de conduzir a entrevista, dessa forma, faço uso de um roteiro, buscando assim, evitar que se fuja do foco principal da pesquisa.

Optei por trabalhar com professores de uma única escola, para também poder observar como que se dá essa formação no próprio local de trabalho, identificando se determinadas características são próprias do local de trabalho, ou individuais de cada professor. Dessa forma, a escola escolhida apresenta, além de turmas com um número expressivo de alunos com deficiência, diagnosticados, uma sala de recursos com a presença diária de uma professora especialista que atende, quando necessário, os alunos, em horário inverso ao das aulas, e professores trabalhando com a inclusão desses alunos.

Quanto aos professores, utilizo como requisitos para participar da pesquisa: ter trabalhado ou estar trabalhando com alunos com deficiência e ter interesse e disponibilidade para participar da pesquisa. Assim, participam dessa pesquisa quatro (4) professores que atuam como unidocentes em turmas de 2º a 5º ano do ensino fundamental.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Essa pesquisa ainda está em andamento, no entanto, alguns resultados já são bem visíveis no tocante a formação dos professores entrevistados, demonstrando que, a inclusão de alunos com deficiência é possível, desde que, se tenha uma estrutura adequada e um olhar atento aos professores que atuam com esses alunos.

Quanto à formação inicial dos professores entrevistados, todos possuem formação em curso normal e em nível superior, concluído nos últimos dez (10) anos. Todas afirmaram que durante a formação no curso normal, não tiveram nenhuma informação sobre a possibilidade de se trabalhar com alunos com deficiência em sala de aula regular. Quanto ao nível superior, apenas uma (1) que fez Pedagogia, teve conhecimento dessa realidade, no entanto, alega que, não foi abordada de forma adequada, deixando-a, muitas vezes, com mais dúvidas do

que esclarecimentos. As demais professoras (formadas em outros cursos de licenciatura), afirmaram que em nenhum momento foi abordada a questão da inclusão ou da educação de alunos com deficiência.

A falta de preparação desses professores durante a formação inicial é ressaltado também na bibliografia, Carvalho (2004, p. 27), por exemplo, afirma que “os professores alegam (com toda a razão) que em seus cursos de formação não tiveram a oportunidade de estudar a respeito, nem de estagiar com alunos da educação especial”, demonstrando assim que, apesar da inclusão escolar ser uma realidade no Brasil desde o início da década de 90, os cursos de formação, em nível Superior, ainda não formam profissionais capacitados para trabalhar com esses alunos.

Quanto às maneiras que as entrevistadas buscaram para se formar como professoras de turmas incluídas, todas afirmaram que, buscaram auxílio na Internet e em revistas científicas que abordassem o tema da inclusão, buscando assim, complementar seus conhecimentos quanto ao assunto e melhor se formarem como professoras. Também afirmam que, o dia a dia da escola as ajuda a entender melhor a inclusão escolar e a perceberem quais as necessidades mais eminentes delas, como professoras, e dos alunos incluídos. Esses dados corroboram o que Canário (1999, p. 280) afirma. Diz Ele:

a escola é habitualmente pensada como o sítio onde os alunos aprendem e os professores ensinam. Trata-se, contudo, de uma idéia simplista. Não apenas os professores aprendem nas escolas, como aprendem, aliás, aquilo que é verdadeiramente essencial: aprendem a sua profissão.

Diante do que foi dito, perceberemos que a escola não é um espaço somente de aprendizado dos alunos, mas também dos professores que, durante o exercício da profissão, aprendem e crescem como profissionais.

Ainda de acordo com essa formação, dentro da escola, as professoras salientaram a importância do comprometimento da instituição para o sucesso da inclusão, afirmando que, dentro da escola se promovem encontros e cursos, bem como, reuniões entre os professores para a troca de informações, experiências e conhecimento, auxiliando assim, uns aos outros. Essa troca constante de informações e aprendizado também é uma forma de formação desses professores que possuem, dentro da própria escola, subsídios para melhor se capacitarem para trabalharem com esses alunos.

4. CONCLUSÕES

Por ser uma pesquisa ainda em andamento, os resultados encontrados até o momento são bastante iniciais e necessitam ainda de discussões mais aprofundadas, no entanto, já é possível perceber a importância da escola no processo de formação desses professores que vêm, nesse espaço, uma alternativa de aprimoramento profissional que não tiveram durante sua formação inicial.

Carvalho (2004, p. 161) supõe que “o dia a dia da sala de aula, desde que submetido a uma avaliação crítica e compartilhada, pode ser mais útil ao professor do que um conjunto de livros ou de apontamentos que acabam no fundo de uma gaveta ou das prateleiras”, o que é possível começar a se perceber nessa

pesquisa, quando as entrevistadas afirmam que a escola e as reuniões com os outros professores para a troca de idéias e experiências auxiliam na sua própria formação como professores.

Assim, é possível concluir, a partir dos resultados encontrados até o momento, que as professoras entrevistadas estão se formando a partir do que percebem em sala de aula, bem como, com o auxílio dos próprios colegas professores que se encontram na mesma situação. Percebemos, dessa forma, a existência de duas dimensões no quesito formação, uma com caráter mais coletivo, reuniões para estudo e debate do tema e outra com caráter mais individual, utilização da internet e revistas científicas. Tal realidade demonstra que, apesar de existirem leis que regulamentam a permanência de alunos com deficiência na escola regular, pouco se tem feito, em termos de políticas públicas, para garantir uma formação inicial e/ou continuada para preparar esse professor, deixando quase que exclusivamente nas iniciativas individuais a busca por essa formação.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, A, de J., P.; LEHFELD, N, A de S. **Projeto de Pesquisa: Propostas metodológicas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990. 127p.

BRASIL. **LEI Nº 4.024, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União de 27 de dez .1961.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil 1988** (atualizada até a EC 30, de 13/9/2000). 7ª edição. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2000.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L9394.htm>>. Acesso em: 10 mai. 2010.

CANÁRIO, R. **O professor entre a reforma e a inovação**. p. 271-289. In: Formação do Educador e Avaliação Educacional: organização da escola e do trabalho pedagógico. v. 3. BICUDO, M. A, V.; JÚNIOR, A. Da S. (org.) – São Paulo: Editora UNESP, 1999. – (Seminários & Debates). 289p.

CARVALHO, R. **Educação Inclusiva: Com os Pingos nos “is”**. 6 ed. Porto Alegre: Mediação, 2004.

FIGUEIREDO, R, V, de. **Políticas de inclusão: escola-gestão da aprendizagem na diversidade**. In: ROSA, D, E, G; SOUZA, V, C, de. (org). Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 67-78.

PLETSCH, Márcia Denise. **A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas**. **Educ. rev.**, Curitiba, n. 33, 2009 .